



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III
DEPARTAMENTO DE LETRAS E EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS

LUIZ PAULO DE CARVALHO FERREIRA

A LEI 11.645/08: MOVIMENTO DA CULTURA AFRO-
BRASILEIRA NOS CURRÍCULOS ESCOLARES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA

Guarabira – PB
2010

LUIZ PAULO DE CARVALHO FERREIRA

A LEI 11.645/08: MOVIMENTO DA CULTURA AFRO-
BRASILEIRA NOS CURRÍCULOS ESCOLARES DA EDUCAÇÃO
BÁSICA

Monografia apresentada, em cumprimento aos requisitos
para obtenção do grau de Licenciado em Letras, à
Universidade Estadual da Paraíba – Campus III

Orientadora: Rosilda Alves Bezerra

Guarabira –PB
2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

F383I

Ferreira, Luiz Paulo de Carvalho

A lei 11.645/08: movimento da cultura afro-brasileira nos currículos escolares da educação básica / Luiz Paulo de Carvalho Ferreira. – Guarabira: UEPB, 2010.

53f. Il. Color.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso – TCC) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Dra. Rosilda Alves Bezerra”.

1. Cultura Afro-brasileira 2. Identidade 3. Currículo I.
Título.

22.ed. CDD 306.08

LUIZ PAULO DE CARVALHO FERREIRA

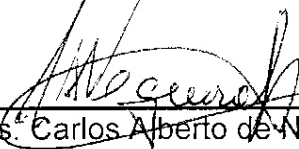
**A LEI 11.645/08: MOVIMENTO DA CULTURA AFROBRASILEIRA NOS
CURRÍCULOS ESCOLARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Monografia apresentada, em cumprimento aos requisitos para obtenção
do grau de Licenciado em Letras, à Universidade Estadual da Paraíba.
Aprovada em 21 de dezembro de 2010.

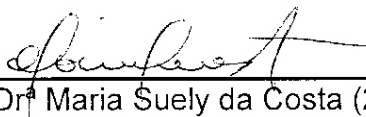
COMISSÃO EXAMINADORA



Profª Drª Rosilda Alves Bezerra (Orientadora)



Prof. Ms. Carlos Alberto de Negreiro (1º Examinador)



Profª Drª Maria Suely da Costa (2º Examinador)

A minha família, meus pais, que nas horas de dor, medo e até desespero estiveram comigo mostrando-me que Emanuel está comigo e carrega-me em seus braços nos piores caminhos, bem como aos meus avós maternos e paternos, pois foi deles que herdei o amor pela família, concretizada através de seus filhos, que me ensinaram a buscar a felicidade verdadeira, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus cristão, seu filho Jesus Cristo, que ao derramar seu sangue por mim fez-me compreender seu desejo de amor imensurável para com os homens e demonstrou o conforto e a paz que encontro em seus braços.

A meu pai, Luís Alves Ferreira, homem de força e coragem, que ensinou o significado de ser pai; sua honestidade e valoração pelo conhecimento e a prática educacional.

À minha mãe, Rejane Gomes de Carvalho Ferreira, personagem essencial para a minha existência. Mãe presente e atuante, educadora incansável, ensinou-me o sentido do amor materno e a importância da perseverança.

Às minhas irmãs, Renata, Letícia e minha sobrinha Raíssa Hellen, que arrancam sorrisos em instantes inesperados e constituem prazer em uma vida em família, através da união nos momentos de difícil caminhada.

Aos meus avós maternos Tereza Gomes de Carvalho e Antônio Bezerra de Carvalho que são as bases do amor que circunda minha família e orientadores da fé divina e exemplos de dignidade e amor de Deus, responsáveis pela existência do grande exemplo de mãe e amiga que possuo.

Aos meus avós paternos Maria do Carmo Ferreira e Antônio Alves Barbosa, responsáveis pela existência de meu eterno educador, meu pai, e que deram grande contribuição para o que sou, através de seu filho, Luís, do qual tenho orgulho de possuir mesmo nome.

A minha orientadora Rosilda Alves Bezerra pelos ensinamentos, incentivo e força direta e indireta como profissional exemplar e pesquisadora incansável, admiradora do conhecimento e grande amiga.

Aos professores Carlos Alberto Negreiro, Marilene do Vale, Fábio Vieira, André Pedro e Peterson Martins, pelo incentivo a pesquisa e a busca pelo conhecimento com a humildade da eterna busca pelo conhecimento, com destaque ao primeiro pela exigente e amigável forma de apresentar caminhos e a perseverar.

À minha amada tia Marlene Alves Mendes que mesmo após sua morte precoce continua a ensinar e ser exemplo de amor à vida, fé e grandeza perante as situações mais extremas da vida, fazendo de seu sorriso e esperança as armas para enfrentar as diversidades que enfrentamos.

Às minhas amigas e amigos Sara, Gilmena, Maria da Paz, Márcio, Luciano, André, George, Wagno, Magno, Emanuel, Erivaldo, Alisson, Josivaldo e Carlos que estiveram junto a mim colaborando e transferindo o desejo de aprender e de viver, através de momentos de felicidade, ensinamentos e orientações.

À minha amada Lailza Gomes Braga pelo carinho e cuidado prestados durante momentos de felicidade e tristeza; companheirismo exemplar e zelo que aprendi velar.

A todos os amigos que constitui na Academia, em diferentes funções de trabalho ao longo da curta existência que insisto em viver com afinco.

A todos os professores, funcionários e colaboradores da UEPB – Campus III, personagens que contribuíram no processo de busca de novos horizontes em minha vida e demonstraram a importância do trabalho desenvolvido por essa instituição como promotora de prática de mudanças sociais e pessoais.

Por fim, agradeço a todos aqueles que de maneira direta e indireta contribuíram para o sucesso de minha vida e meus sonhos acadêmicos.

XXXVIII – Se nossa condição fosse verdadeiramente feliz, não deveríamos deixar de pensar nela.

Nossa condição é precisamente a de pensar nos objetivos exteriores, com os de pensar em sua condição, pois, a qualquer coisa que aplique seu espírito, aplica-o a alguma coisa necessariamente vinculada à condição humana. E, uma vez mais, pensar em si com abstração das coisas naturais é não pensar em nada, digo em absolutamente nada; que se preste bem atenção nisso.

Longe de impedir um homem de pensar em sua condição, só é possível entretê-lo com os atrativos de sua própria condição. Com um sábio se fala de reputação e de ciência; com um príncipe, daquilo que se relaciona com uma sua grandeza; com todo homem se fala de prazer.

(**Cartas Filosóficas**, Voltaire, tradução de **Ciro Mioranza**)

RESUMO

A LEI 11.645/08: MOVIMENTO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NOS CURRÍCULOS ESCOLARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O presente trabalho apresenta os resultados desenvolvidos a partir de um estudo de campo, que trata da análise da aplicação dos conteúdos de História e Culturas Africanas, Afro-Brasileiras e Indígenas nos currículos escolares da educação básica institucionalizados pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. O enfoque desta pesquisa objetivou a inserção dos conteúdos de literatura e estudo gramatical apresentados na Escola Monsenhor Emiliano de Cristo na cidade de Guarabira-PB. A metodologia utilizada se fez por meio de levantamentos bibliográficos, observações, questionários e intervenções, o que possibilitou avaliação dos conteúdos escolares e suas mudanças ao longo da pesquisa nas turmas em análise, bem como a possibilidade de construção de uma visão diferenciada dos aspectos afro em relação ao corpo discente e docente. Como proposto no início da pesquisa, a implantação desses conteúdos no currículo escolar provocou uma reflexão e discussão mais apurada sobre a temática da exclusão racial, durante a aplicação dos conteúdos propostos pela Lei 11.645/08. Buscou-se criar uma via de extrapolação crítica do ideário histórico eurocêntrico e ideológico ao longo das intervenções. Assim, esta pesquisa propôs avaliar de que forma os conteúdos programáticos estavam sendo aplicados e utilizados em sala de aula. Buscou-se apoio nas teorias identitárias de Hall (2009), em uma perspectiva de (re)construção identitária, a partir de novos referenciais histórico-culturais na participação construtiva de nosso país de afro-descendentes e indígenas. Em Bhabha (2007), referencial para a prática discursiva textual num sentido político como ação estratégica à transformação social.

Palavras-chave: Culturas. Identidade. Currículo.

ABSTRACT

THE LAW 11.645/08: I MOVE OF THE AFRO-BRAZILIAN CULTURE IN THE SCHOOL CURRICULA OF THE BASIC EDUCATION

The present work presents the results developed starting from a field study, that treats of the analysis of the application of the contents of History and Cultures African, Afro-Brazilian and Indigenous in the school curricula of the basic education institutionalized by the Law no. 11.645, of March 10, 2008. The focus of this research aimed at the insert of the literature contents and grammatical study presented at Christ's School Monsignor Emiliano in the city of Guarabira-PB. The used methodology if he/she did through bibliographical risings, observations, questionnaires and interventions, what made possible school evaluation of the contents and their changes along the research in the groups in analysis, the well the the possibility of construction of the differentiated vision of the aspects afro in relation to the student body and educational. As proposed in the beginning of the research, the implantation of those contents in the school curriculum provoked a reflection and more select discussion on the theme of the racial exclusion, during the application of the contents proposed by the Law 11.645/08. It was Looked for to create a road of critical extrapolation of the ideário historical eurocêntrico and ideological along the interventions. Like this, this research proposed to evaluate that it forms the contents of program were being applied and used at classroom. Support was looked for in the sameness theories of Hall (2009), in a perspective of reconstruction of identity, starting from new historical-cultural references in the constructive participation of our country of afro-descendants and indigenous. In Bhabha (2007), reference for the textual discursive practice in a political sense as strategic action to the social transformation.

Key-word: Cultures. Identity. Curriculum.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 A LEI 11.645/08: UM BREVE HISTÓRICO DE CONQUISTA.....	14
1.1 Descrição das atividades realizadas: a inserção num plano prático.....	14
1.2 Teorização e discussão: estudos culturais e análise de aulas.....	17
1.3 Observações e análises metodológicas: discussão política da questão.....	21
2 PESQUISA DE CAMPO: a escola e o pesquisador – perspectivas e olhares.....	25
2.1 O olhar de quem vê: pesquisador e sua análise sobre o objeto.....	25
3 O TRABALHO ANALÍTICO NA MONSENHOR EMILIANO DE CRISTO: MOVIMENTO EDUCACIONAL E NOVAS PERSPECTIVAS NECESSÁRIAS.....	30
3.1 Metodologias utilizadas nas aulas de língua portuguesa e perspectivas buscadas.....	36
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICES.....	47

INTRODUÇÃO

O presente texto expõe conteúdo oriundo de um estudo de campo, que analisa o resultado da concretização da ação de política afirmativa no que diz respeito à aplicabilidade dos conteúdos de literatura, história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares da educação básica institucionalizados pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. A discussão aqui apresentada faz um recorte necessário para os conteúdos de língua portuguesa apresentados em sala de aula.

A partir do ideário apontado por alguns estudiosos educacionais que veem o ambiente escolar como recurso de discussão e pluralizador de ideais em criticidade nos arranjos discursivos, buscou-se apresentar o resultado do estudo analítico-social a partir das teorias educacionais.

Entende-se que a prática educacional proporciona uma modificação da subjetividade do indivíduo através do currículo escolar, que remonta a idéia de modificação do ser humano, como aponta Silva (2005) em *Documentos de Identidade*.

Buscou-se, nessa perspectiva, avaliar de que forma o conteúdo programático foi gradativamente aplicado e utilizado em sala de aula, uma vez que foram incluídos aspectos da história e da cultura, como formadores da população brasileira, a partir de dois grupos étnicos - o indígena e o negro -, o que promoveria a construção identitária sob um olhar crítico e relacionado à perspectiva de ideais de cidadania na aceitação da pluralidade do Estado-nação atual, sob olhar democrático e da possibilidade de auto-gestão do cidadão.

Por meio do diálogo metodológico voltado para o estudo bibliográfico de teóricos dos estudos culturais, educação, didática, língua materna e literatura foi possível estabelecer relação entre conhecimento teórico e a aplicação no campo prático em maior relação com a realidade sócio-histórica das turmas observadas. A coleta de dados (questionários e gráficos expostos como apêndices deste texto) e interferência no campo prático das atividades docentes em análise subsidiaram a presente pesquisa.

Ela (a pesquisa) foi dividida em dois momentos: no primeiro momento se priorizou a observação das aulas ministradas e no segundo momento a interferência de campo, através de reuniões, propostas de construções de planos de aula e planos de unidade envolvendo os conteúdos da Lei 11.645/08 e a aplicabilidade em sala de aulas sob a orientação docente.

Nesta investigação, a abordagem da técnica de pesquisa qualitativa e quantitativa de base indutiva foi realizada em torno dos estudos das teorias ligadas às questões de identidade,

diferença, representações, currículo escolar e do processo ensino-aprendizagem voltado para uma educação calcada na cidadania e democracia sócio-racial.

O estudo investigativo buscou a percepção da possível aplicação dos conteúdos institucionalizados pela Lei 11.645/08 na escola onde a pesquisa foi desenvolvida, Escola Estadual Monsenhor Emiliano de Cristo, em Guarabira-PB. Haja vista a busca de interesses de minorias sociais de aspectos historicamente marginalizados em nossa sociedade não apenas no campo educacional bem como nas esferas culturais e econômicas, em muitos casos, como ocorre com os grupos negros e indígenas.

A partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, delineia-se um caminho frutífero de discussões e possibilidades de ambientação sócio-política na instituição escolar. Tomando o Estado como propulsor das transformações sociais, a Lei 11.645/08 possibilitaria, nessa perspectiva, uma nova visão da cultura negra e indígena em nosso país com base nos conteúdos propostos pela legislação federal, que através do governo federal sancionou a Lei 10.639/03-MEC, em março de 2003, e que alterou a LDB, instituindo a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Nessa perspectiva a Lei 11.645/08 que implementou a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) contribuiria ainda mais para a formação democrática educacional e crítica do país no âmbito étnico.

O estudo realizado durante os 14 (quatorze) meses desta pesquisa e retratados através do presente trabalho de conclusão de curso se voltou para a descrição das atividades realizadas pelas docentes responsáveis pela disciplina de língua portuguesa, no ensino médio e ensino fundamental de segunda fase do ensino regular, compreendendo também a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) na escola campo da pesquisa.

A segunda fase de análise compreendeu a discussão e intervenção de aulas entre pesquisador e docentes a respeito dos conteúdos propostos pela LDB, no recorte definido pela Lei 11.645/08, e a aplicação dos conteúdos institucionalizados por essa lei na aplicação desses conteúdos em sala de aula do ensino básico brasileiro. Ainda centrou-se na análise de material didático utilizado pelas docentes observadas, bem como a apresentação de material literário de temática cultural africana, afro-brasileira e indígena a ser trabalhado na escola, o qual foi utilizado através das intervenções e aulas ministradas pelas docentes paralelamente ao currículo escolar regular, que não previa tais conteúdos.

As mudanças curriculares propostas pela Lei 11.645/08 se voltam para uma mudança no ideário da imagem do negro em nosso país e no continente africano. Essa visão estaria relacionada à prática de ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira.

Tais mudanças curriculares proporcionariam uma nova perspectiva educacional de cidadania e democracia. Neste, caso entende-se a escola como formadora social e responsável pelo desempenho estatal também pela construção e elaboração de ambiente dinâmico na prática ensino-aprendizagem, objetivando a valorização da história e cultura dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas em suas contribuições históricas na construção de nosso país.

Essa perspectiva valorativa pode ser apenas recentemente constituída. A partir do século XX, grupos minoritários puderam gozar de maior possibilidade de engajamento político e luta por ações afirmativas, entendendo estas como políticas de reparação, em detrimento das ações preconceituosas de cunho racial. Estas, embora “fortemente” combatidas, existem e espelham o negativismo culturalmente constituído do mundo ocidental sob a etnia negra e indígena.

Esses dois grupos representam uma busca de reconhecimento social de sua participação na constituição da cultura nacional e a aceitação cultural do que foge aos padrões ocidentais europeus, como aponta Guimarães “Segundo relatos de viajantes ingleses no século XVII, por exemplo, haveria na África uma inversão da preferência européia, sendo o demônio representado pelos africanos como branco” (GUIMARÃES, 2008, p. 13), não havendo a dicotomia constituída por nossa cultura ocidental do negro e branco a partir de uma visão religiosa principalmente.

1 A LEI 11.645/08: UM BREVE HISTÓRICO DE CONQUISTA

A política se constitui no plano prático através da construção material concreta, através da produção textual legislativa, por exemplo. Como destaque no plano prático se encontra a política de ações afirmativas, que busca promover a igualdade de oportunidades entre grupos étnicos diversos formadores da sociedade de nosso país e que participaram e participam ativamente das relações e desenvolvimento sócio-econômico brasileiro. Porém tiveram ao longo da história (mais de três séculos de exclusão) direitos negados e buscados em longo e gradativo processo de luta por igualdade que foram mais observados no plano político ao longo do século XX com o Movimento Negro dentro da conjuntura política, por exemplo. Esta oportunizada pelas mudanças históricas no âmbito democrático de segunda metade do século passado principalmente.

Esses movimentos de cunho social pela luta contra o racismo remontam a figura de Abdias do Nascimento, que em 1944 fundou o Teatro Experimental do Negro, no estado do Rio de Janeiro. O Teatro oferecia cursos de alfabetização e de técnicas de representação na formação de atores negros. Também de forte motivação política, surgiu o Movimento Negro Unificado em 1978 durante o festival Negro Zumbi em Araraquara-SP. Este Movimento buscava combater o racismo e o preconceito étnico.

Esses movimentos de luta contra a discriminação representam o caráter democrático no qual a sociedade ocidental estava entrando, a partir da segunda metade do século XX com a Segunda Guerra Mundial. Esta representou a base para a luta de classes subjugadas e inferiorizadas socialmente dentro das práticas sociais.

Dentro das complexas relações sociais que constituem a conjuntura humana hodierna¹, esta investigação propôs apontar elementos valorativos e ressignificativos da etnia apontada ao longo dessa pesquisa – negra – a fim de (re)construir a imagem desse grupo em meio aos valores eurocêntricos que imperam nas sociedades ocidentais. Tais valores foram buscados através da visão de alunos e professores na escola onde esta pesquisa foi realizada, Escola Estadual Monsenhor Emiliano de Cristo, em Guarabira-PB.

1.1 Descrição das atividades realizadas: a inserção num plano prático

¹ “O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas (...). A identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.” (HALL, 2006, p. 12-13).

A partir das observações, análise e anotações dos tipos das atividades desenvolvidas em sala de aula pelas docentes e do material bibliográfico disponível, partiu-se para um aprofundamento das análises da investigação e organização de texto com os resultados parciais da pesquisa compreendendo a literatura afro-brasileira e indígena nas propostas de políticas públicas.

A realização de trabalhos e a apresentação dos mesmos buscou a discussão e o diálogo com diferentes perspectivas de estudos educacionais voltados para a produção curricular, ainda elaborou-se oficinas nos turnos tarde e noite da escola Monsenhor Emiliano de Cristo, em Guarabira-PB.

Como fase primária da presente investigação, houve maior preocupação com levantamento bibliográfico de material teórico, a fim de subsidiar a produção textual e um maior aprofundamento na pesquisa, buscando uma maior compreensão e necessária fundamentação teórica com intuito de melhorar a compreensão sobre a problemática.

Ainda, durante este período, foi intensificada o estudo e práticas de leitura, levantamento de dados e novas hipóteses para problemas que foram levantados referentes à construção e negação da identidade negra e indígena pela população do município de Guarabira-PB. Tais dados foram apontados com base comparativa de dados propostos por Rocha (2009) e por dados coletados através do site do IBGE (Instituto de Geografia Estatística) quanto à população do estado e da cidade onde a pesquisa foi realizada.

O período de observação corresponde a um segundo momento ainda na primeira fase desta pesquisa. Durante esse período, buscou-se discutir com as docentes a proposta do projeto e a colaboração da proposta quanto à aplicação dos conteúdos institucionalizados pela Lei 11.645/08. Pois os conteúdos explorados nesta Lei abrangem os estudos da história da África e dos africanos, a organização e luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, além da cultura negra e indígena brasileira.

Esses elementos apresentam condição para intensificação do multiculturalismo e sua emergência em um mundo globalizante o que torna “mais evidente e ocupa um lugar central no campo da contestação política. Isso é o resultado de uma série de mudanças decisivas – uma reconfiguração estratégica das forças e relações sociais em todo o globo.” (HALL, 2006, p. 55).

A partir das observações e avaliação da forma como os conteúdos programáticos foram aplicados e utilizados em sala de aula, relativos aos dois grupos étnicos abordados nesta

pesquisa (afro-brasileiro e indígena), constatou-se ser característico das aulas de língua portuguesa a não-abordagem cultural que abrangesse os conteúdos da cultura afro-brasileira e indígena e história africana. Tal concepção pôde ser estruturada a partir da análise de propostas trazidas pelo livro didático utilizado em sala de aula e da descrição das aulas observadas (apêndice deste texto), que apresentam exceções quanto à aplicação dos conteúdos tematizados pela Lei 11.645/08 quando da interferência de campo. Mas que em grande maioria apresentam propostas de bases essencialmente gramaticais reducionistas e descontextualizadas do ambiente sociocultural do alunado.

Embora o livro didático *Português: leitura, produção, gramática* de Leila Lauer Sarmiento, para a 7ª série do ensino fundamental, trouxesse forte referencial intertextual com outras disciplinas, como geografia, e história, não foi explorada nenhuma proposta que abrangesse elementos culturais indígenas e/ou alguns grupos afro-brasileiros (quilombolas, por exemplo) e seu sistema exploração sustentável do meio ambiente; já que o texto utilizado na aula de língua portuguesa do 8º ano tratava do sistema de exploração descontrolado dos recursos naturais e do aquecimento global.

Em uma segunda fase dessa investigação, buscou-se, além de observações, a interferência no ambiente da sala aula e extra-sala de aula do aluno pesquisador. Tais interferências se centraram na elaboração de propostas de planos de aulas, planos de unidades, doação de livros paradidáticos que tratam dos conteúdos referentes à cultura negra africana, afro-brasileira e indígena.

Pode-se fazer uma maior caracterização de parte do corpo discente da escola campo da pesquisa a partir de dados coletados através de questionários realizados com 75 (setenta e cinco) alunos do ensino fundamental e ensino médio noturno das modalidades regular e na modalidade EJA (Educação para Jovens e Adultos) da escola Monsenhor Emiliano de Cristo.

Estes foram propostos de forma não obrigatória total ou parcialmente, ou seja, os alunos não eram obrigados a responder as questões propostas, bem como não eram obrigados a responder a todas as questões.

As questões se apresentaram de forma objetiva em sua maioria (cinco das sete questões propostas) e exploravam assuntos como o posicionamento dos estudantes quanto aos conteúdos de literatura apresentados na escola onde estudavam; o que resultou no posicionamento de 64 (sessenta e quatro) alunos afirmando que gostavam de literatura, enquanto apenas 9 (nove) declaram posicionamento negativo quanto aos conteúdos referentes à literatura.

O posicionamento positivo da maioria dos alunos, quanto à recepção positiva aos conteúdos de literatura, pode demonstrar a valoração desses conteúdos por parte das docentes em suas metodologias em sala de aula. O que pode ter gerado a visão positiva da maioria dos estudantes quanto aos conteúdos referentes à arte escrita.

Quando questionados se conheciam o termo Literatura Afro-brasileira, Africana e/ou Indígena, apenas 23 (vinte e três) alunos responderam afirmativamente, enquanto 48 (quarenta e oito) responderam negativamente. Entende-se a partir das respostas do alunado que os conteúdos referentes a Lei 11.645/08 não se faziam presentes de forma clara nas aulas de língua portuguesa das turmas que faziam parte da pesquisa. Conteúdos que devem estar relacionados de maneira direta e/ou indireta à temática afro e indígena, como delinea o texto da lei 11.645/08 que modifica a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, assim descrito: Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.”

O texto legal aponta para a uma perspectiva de ensino ressignificativa e valorativa dos aspectos negro e indígena, embora o presente estudo tenha se restringido aos conteúdos e a etnia negra, já que a complexidade da temática educacional e étnica exige um recorte no estudo elaborado, bem como apenas um dos alunos questionados, quanto a etnia de um total de 75 (setenta e cinco), afirmou ser indígena. O que demonstra a pouca existência, ou pouco reconhecimento, étnico do elemento indígena, sendo necessário maior espaço de tempo e aprofundamento no tema.

1.2 Teorização e discussão: estudos culturais e análise de aulas

A partir da prática de leitura e teorização da temática negra, estabeleceu-se diálogo entre teóricos dos estudos culturais e sociológicos a fim de maior correlação entre o levantamento de dados e análise curricular da escola campo de estudo. As relações étnico-raciais como a articulação no sentido educacional entre brancos e negros, a descrição e implementação curricular dos conteúdos de literatura e cultura africana, afro-brasileira e indígena compreende uma “nova” perspectiva que atinge nosso sistema educacional, tomando este como espelho de novas tendências de aceitação identitária da pluralidade.

Tomando essa pluralidade como cadeia mutante, de nossa identidade, foi possível correlacionar a filosofia sociológica de Max Weber, a partir da análise de sua obra feita por Nova (2009), como fonte de entendimento para a concepção e entendimento das relações de fato dentro das práticas sociais, pois a ação social (conduta e comportamento orientado pelas expectativas dos outros) nas relações sociais são determinadas por certa autonomia dos agentes sociais.

As relações sociais, segundo aponta Nova (2009), constituem as práticas das relações humanas orientadas por certa linearidade das ações a partir das expectativas um dos outros em determinada sociedade, o que constituem certos padrões de convivência a serem seguidos por todo o grupo social, porém as relações em âmbito social remontam a possibilidade de mudanças por parte da individualidade do sujeito em meio ao convívio social; seu subjetivismo remonta à possibilidade de não-linearidade do sujeito com o organograma social das relações sócio-culturais de determinado período histórico.

Essa possibilidade de mutabilidade por parte do sujeito parece adequar-se ao entendimento teórico dos estudos culturais que aqui recebem o recorte de Bhabha (2007), Hall (2006) e Fanon (2008), por exemplo. As perspectivas desses autores apontam para uma maleabilidade identitária, e como tal, com maior liquidez entre os posicionamentos sociais a partir de perspectivas ideológicas e políticas. É nessa perspectiva que os conteúdos propostos pela Lei 11.645/08 propõem a possibilidade de mudança subjetiva na visão tida sobre grupos sociais de nosso país de histórica deficiência quanto às relações socioculturais de nossa sociedade, que necessitam de condições efetivas para o ensino e aprendizagem na constituição valorativa dos grupos negros e indígenas.

Sob essa ótica, as discussões aqui presentes tiveram como apoio teórico para fundamentação das discussões, com base em estudos sociais, culturais e pedagógicos, que fundamentam as questões de ensino-aprendizagem, identidade e diferença e os processos de

representações, tais como: Sansone (2003) faz uma abordagem sociológica do processo de representação identitária a partir de uma visão comparativista entre a posição étnica assumida por não-brancos brasileiros, especificamente de Salvador, estadunidenses e imigrantes negros em Amsterdã – Holanda.

A partir de uma análise calcada no processo de construção identitária na contemporaneidade, sob enfoque sociológico, também se buscou apoio no conjunto de artigos organizados por Santos e Silva (2005), os quais trazem informações valiosas sobre a atual situação da condição negra no país, embora os dados tenham sido coletados de entrevistas o que os torna bastante subjetivos e passíveis de não veracidade. No entanto, esses textos apresentam a oportunidade de discussão sobre a temática racial no âmbito educacional, a exemplo da política de cotas, bem como do processo de identidade étnica, além de discutir o racismo institucional, a visão política da etnicidade e uma explanação sobre as religiões afro-descendentes.

Na obra de Santos e Silva (2005) temos uma abordagem da perspectiva indígena no que tange a identidade e discriminação de uma população que correspondia em 2005 a 4% da população brasileira com aproximadamente 400 mil índios. Nesta perspectiva encontramos ainda Ângelo (2003) em seu artigo *indígena e a diversidade cultural no Brasil*², em que nos fala das mudanças históricas do processo educacional indígena, numa perspectiva que envolve as políticas públicas para com as nações indígenas, embora assumida perceptível textura política, apresenta informações valiosas a respeito do segmento educacional fundamentado num sistema democrático.

Com base numa perspectiva identitária³ no atual contexto discursivo dessa temática, foram abordados autores como Hall (2000), Woodward (2000) e Silva (2000), numa série de artigos, que tratam respectivamente da emergência de uma posição política na contemporaneidade, através da formulação discursiva de identificação com o processo de transformação na construção identitária no contexto de práticas sociais, a partir da representação, calcadas pelo subjetivismo.

Em Hall (2006) buscou-se apoio teórico para compreensão de elementos construtivos de uma sociedade multicultural e sua construção histórica ao longo de processos de

² Disponível em: www.forumeja.org.br

³ A discussão identitária tratado por Hall (2006) aponta para a não-rigidez da identidade do sujeito que passa a assumir posicionamentos e faces diferenciadas a partir de seus interesses e da necessidade relacional na pós-modernidade.

movimentos humanos e contatos culturais diversos, e daí a construção identitária de maneiras diversas em relação também a processos de dominação política principalmente.

Quanto ao processo simbólico de representação, Woodward (2000) discute sob uma perspectiva política de relação de poder as formas de representação identitária ou coletiva a partir do processo de globalização contemporâneo; embora discuta sobre a possível homogeneização cultural, resistência e surgimento de novas posições culturais, acredita num envolvimento de diferentes significados sociais nos quais se exigem diferentes identidades, como nos diz esse autor sem, contudo, perdê-las, mas moldá-las a determinadas situações de interesse subjetivo.

Silva (2000) busca na análise linguística estruturalista sua base crítica para a formulação do discurso identitário a partir da concepção de indeterminação do signo linguístico, já que a identidade e a diferença são marcadas em parte pela linguagem. Esta é vista como produção simbólica do discurso, e como tal apenas representa o significante, afastado do mesmo. Segundo Silva (2000), o mesmo ocorre com o discurso identitário. Linearmente com o pensamento até aqui discutido, Silva traz uma visão política da condição de multiculturalismo, não apenas numa visão de tolerância, mas como forma de relação de poder; tendo a identidade e a diferença, e não a passividade e mutabilidade dentro do processo cultural.

Sobre uma análise do conceito de Negritude, buscou-se a visão de Bernd (1988) e 1984 em *O que é negritude* e *A Questão da Negritude* respectivamente, a fim de dar maior suporte teórico sobre o tema, além de uma descrição histórica dos movimentos negros ao longo da história das Américas. Ainda sob uma perspectiva histórica de maior ênfase no território paraibano, Rocha (2009) apresenta um discurso não linear ao ideal até então proposto a respeito da figura e negra em nosso Estado durante o oitocentos. Numa análise que perpassa pela imagem familiar, a reprodução endógena e constituição religiosa com vínculo nos conflitos sociais e formas de resistência entre escravos e senhores de engenho em suas faces diversas.

Tais conflitos são apresentados também em *Canoeiros e Curandeiros*, de Lepê Correia, numa discussão histórica da imagem do negro durante o século XIX em Pernambuco. Correia (2006) nos apresenta uma ambientação caracterizada pela resistência negra de forma estratégica dentre as terras de Recife, entre escravos urbanos e rurais, caracterizando as formas de justificativa branca para subjugar o negro. Assim como no resto do país, Pernambuco era dominada por uma elite aristocrática de ideologia colonialista européia, em

tal processo as resistências físicas e ideológicas foram armas usadas por negros durante muito tempo. O que demonstra um cenário de linearidade quanto ao processo de não-aceitação passiva do processo escravagista nos dois Estados vizinhos (Paraíba e Pernambuco) seguindo as informações propostas por Rocha (2009) e Correia (2006).

Ainda sob pressupostos teóricos, buscou-se apoio no ensino de língua materna proposto por Irlandé Antunes (2003), em *Aula de Português*, já que a autora nos apresenta uma discussão a respeito de métodos pedagógicos, no que concerne ao processo de ensino de língua materna voltado para uma intrínseca ligação entre o conhecimento teórico e a contextualização desse conhecimento.

Sobre a prática do ensino-aprendizagem de literatura em sala de aula, buscou-se nas propostas de aplicação e discussão da poesia em sala de aula em Lajolo (2002). Texto em que a autora propõe métodos de aplicação da literatura em sala de aula através da motivação, como a contextualização e a relação leitura e leitor, pois segundo ela “a obra literária pode ser completamente desfigurada na prática escolar” (LAJOLO, 2002, p. 15), quanto à prática escolar em sua forma tradicionalista.

1.3 Observações e análises metodológicas: uma discussão política da questão

Através de observações durante os meses de novembro de 2009 a fevereiro de 2010, buscou-se caracterizar as abordagens que as professoras das duas modalidades de ensino na disciplina de língua portuguesa utilizaram, a partir das questões afro-brasileira, africana e indígena, e como são atribuídos os conteúdos que envolvem a cultura afro-brasileira e indígena em sala de aula em literatura.

Buscou-se enfatizar através das observações de que forma os conteúdos de literatura foram aplicados no currículo da escola com ênfase na temática afro-brasileira e africana nas práticas cotidianas das professoras em sala de aula. Bem como foi dada ênfase em analisar e anotar quais tipos de atividades os professores do ensino fundamental e médio desenvolvem, que incluam os conteúdos literatura afro-brasileira e indígena, em sala de aula ou em outros espaços.

Dentro desse levantamento de dados, ainda foi destacada a atual situação étnica na cidade Guarabira-PB a partir de dados coletados do IBGE (Instituto de Geografia Estatística), a fim de compreender a concepção da população desse município em relação ao fator

identitário não-eurocêntrico; pois os dados coletados foram relacionados aos dados apresentados por Rocha (2009) na construção populacional negra de nosso estado.

Não foi registrada durante o período de observação (primeira fase da pesquisa que compreende de 04 de novembro a 22 de fevereiro de 2010) nenhuma atividade que fizesse referência explícita aos conteúdos descritos na Lei 11645/08, já que é possível observar na tabela de conteúdos aplicados pelas docentes de língua portuguesa descrita ao final deste trabalho, assim como não foi perceptível a aplicação de elementos referentes aos conteúdos de literatura aludidos pela Lei em referência.

A partir das observações, análise e anotações dos tipos das atividades desenvolvidas em sala de aula pelas docentes, partiu-se para um aprofundamento das análises da investigação e organização de texto escrito.

A produção textual nesse aspecto remonta a uma forma construtiva e frutífera de análise de dados e fomento para possíveis resoluções de questões levantadas.

A prática discursiva textual torna-se, dessa forma, uma ação estratégica à transformação social como aponta Bhabha (2007, p. 48). Passa a se constituir como intervenção no plano prático através de ação política no sentido mais abrangente que a prática eleitoral, partindo para o plano social de ação gestora do indivíduo.

A produção textual, nessa perspectiva, passa a representar uma estratégia capaz de constituir elementos valorativos de nação em movimento de suplantação de base sócio-econômica da visão ocidental sobre os Estados-nação do terceiro mundo. A política se configura assim como elemento paralelo à teoria na constituição desse espaço buscado pelas minorias, e agente de mudanças no plano prático (política) a partir do elemento deôntico (ideológico, do dever ser) abstrato a ser buscado.

Esse modal deôntico de possibilidade prática é possível graças à constituição democrática social em quem estamos inseridos e possibilidade de expressão e busca de aceitação da pluralidade.

A prática discursiva textual no plano político, segundo aponta Bhabha (2007), constitui recurso retórico de prática política e com fundamento teórico quanto à defesa científica e proposta literária textual. É o que se evidencia a partir da prática analítica crítica da literatura africana, afro-brasileira e indígena discutidas em sala de aula através da pesquisa em um segundo momento.

A busca por ações afirmativas como se constitui a Lei 11.465/08 remonta a crise positivista do ordenamento jurídico pós-guerra e a busca por apelo por um sistema de maior

participação popular, democrático, em certa medida, através do sentimento liberal francês ainda do século XVII e XVIII, e que foi especificado a partir da elaboração em alguns casos e mudança da constituição meramente política para uma constituição normativa, ou seja, de valor jurídico, capaz de produzir defesa e efeitos contra possíveis abusos ou violações ao ideal defendido em seu cerne originalmente que compreende a busca por princípios basilares para esse sistema de governo, como aponta Filho (2007), a exemplo da defesa de direitos fundamentais a partir da representação popular simbolicamente.

Dentre as reivindicações desse movimento no mundo ocidental do pós-guerra, pode-se dar destaque para a interligação no campo do direito a busca em defesa de direitos definidos como fundamentais, que constituídos com o positivismo apresentam segurança maior quanto à tentativa de transposição da paz mundial e crimes imensuráveis cometidos ou que venham a ser cometidos contra a humanidade.

Sob um olhar ocidentalizado, segundo aponta Hall (2006), em muitos aspectos, esta busca homogeneizadora, não parece respeitar o relativismo cultural, mas que, além disso, parece superficialmente influir não apenas em aspectos econômicos dentro de um sistema interligado, a partir das formações supranacionais, tais como a União Européia e o desgaste da soberania nacional, mais ainda ao mesmo tempo em busca da homogeneidade de maiorias, enquanto as minorias sociais buscam espaços, minorias historicamente marginalizadas pelo processo de globalização e que segundo Hall (2006, p. 34-35),

Sua historia coincide com a era da exploração e da conquista européias e como a formação dos mercados capitalistas mundiais. As primeiras fases da dita historia global foram sustentadas pela tensão entre os pólos de conflito – a heterogeneidade do mercado global e a força centrípeta do Estado-nação -, constituindo juntas um dos ritmos fundamentais dos primeiros sistemas capitalista mundiais.

Dentro desses Estados-nação se encontra a consciência constitucional desses grupos minoritários culturalmente e que se alicerçam e encontram espaço a partir do ambiente pluricultural gerado pela democracia, em que gera o conflito de leis gerais e o processo por leis de caráter específico, próprio de representantes grupais.

Tomando a constituição como instrumento jurídico, estruturadora do Estado, bem como submetida ao Direito, diríamos, segundo Filho (2007), que seu dever é criar condições para que os indivíduos possam desenvolver sua individualidade. Nesse aspecto, o ambiente sócio-democrático se constitui como espaço da pluralidade e respeito às diferenças. Assim a busca de princípios gerais orientadores e mesmo de regras mais específicas apontam para a

busca de igualdade social no aspecto da alteridade e ao respeito ao outro, mas, principalmente, na busca pela igualdade sócio-material.

É dessa busca que se faz o direito em suas ações denominadas afirmativas, se apenas o considerarmos como instrumento positivado, mas completo se o considerarmos como instrumento relacional e simbiótico na estrutura cultural de um povo que vê na constituição da consciência política a forma de efetivação de espaços igualitários dentro das diferenças grupais e individuais.

Foi do âmbito político, reivindicado pelos movimentos sociais como o MNU (Movimento Negro Unificado), que surgiu o ideal de ações afirmativas no sentido de melhorar as relações sociais através do ensino. Sendo a prática por ações sociais um instrumento na busca pelo direito de uma educação de qualidade e que segue o delineamento de uma sociedade firmada sob aspectos democráticos da alteridade. Estes buscados e exigidos através da reivindicação política em busca da eliminação da “menos-valia psicológica” (FANON, 2008, p. 65), ou seja, a inferiorização psicológica constituída e imposta àqueles que não se enquadram ao padrão estético branco ocidentalizado, em específico os negros.

Por fim, a realização de oficinas nos turnos vespertino e noturno da escola campo de observação de Guarabira-PB gerou a possibilidade de ação prática a partir da interferência de campo. As oficinas tiveram como intuito ofertar de maneira mais efetiva a implementação de elementos da cultura afro-brasileira e africana a partir de conteúdos de história e literatura de afro-brasileiros e africanos pertencentes a alguns países lusófonos (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé Príncipe, Portugal).

2 PESQUISA DE CAMPO: a escola e o pesquisador – perspectivas e olhares

Através de observações durante os meses de novembro de 2009 a fevereiro de 2010, buscou-se caracterizar as abordagens que as professoras das duas modalidades de ensino na disciplina de literatura e língua portuguesa utilizaram, a partir das questões afro-brasileira, africana e indígena, e como foram distribuídos os conteúdos que envolvem a cultura afro-brasileira e indígena em sala de aula em literatura principalmente.

Em outro momento da pesquisa buscou-se a participação de interferência entre pesquisador e professoras, através da elaboração de planos de aulas e planos de unidade, os quais implementavam os conteúdos institucionalizados pela Lei 11.645/08 a fim de adicionar tais conteúdos aos preestabelecidos pelas docentes. Estas no segundo momento desse estudo foram: Elizabete Sales (ensino médio regular e na modalidade – EJA), Risolene Galdino (ensino fundamental de segunda fase regular e na modalidade – EJA) e Maria Avanete Gomes Ferreira (ensino médio regular e na modalidade – EJA).

Buscou-se também enfatizar através das observações de que forma os conteúdos de literatura foram aplicados no currículo da escola com ênfase na temática afro-brasileira e africana nas práticas cotidianas das professoras em sala de aula. Bem como foi dada ênfase em analisar e anotar quais tipos de atividades os professores do ensino fundamental e médio desenvolvem, que incluíssem os conteúdos de literatura afro-brasileira e indígena, em sala de aula ou em outros espaços.

A partir do levantamento bibliográfico e estudo teórico como primeiro momento da pesquisa (o que corresponde aos meses de agosto a outubro de 2009), se fez necessário a aplicação dos conhecimentos teóricos de forma a subsidiar a produção textual que teve início em setembro de 2009.

Assim, esta investigação buscou uma abordagem da técnica de pesquisa qualitativo-indutiva e bibliográfica, que foi realizada em torno dos estudos das teorias ligadas às questões de identidade, diferença, representações e do processo ensino-aprendizagem voltado para uma educação calcada na cidadania e democracia social.

2.1 O olhar de quem vê: pesquisador e sua análise sobre o objeto

Com base nas leituras e produção textual referente aos temas de construção identitária, étnica e educacional, percebeu-se que as propostas aqui presentes não são de fácil elucidação.

Pois o processo de avaliação do docente em sua prática educacional em sala de aula se torna complexo devido principalmente à dinamicidade de posicionamentos do educador quanto à aplicação do conteúdo programático, cujo assunto abrange aspectos da história e da cultura brasileira, passa a representar elemento constitutivo identitário. Dessa forma, atentou-se para a discussão neste estudo sobre o papel da universidade na formação dos professores das áreas de educação artística, literatura e história, bem como a necessária reforma em todos os níveis educacionais no que tange a implementação efetiva dos conteúdos propostos pela Lei 11.645/08.

O que se viu durante o estudo de material teórico faz referência a não preparação efetiva das instituições de ensino para a formação de docentes responsáveis pela aplicação da Lei 11.645/08 e seus conteúdos. Nesta perspectiva esta pesquisa foi desenvolvida por meio de pressupostos teóricos de crítica social, cultural e educacional. O que provocou uma maior relação do conhecimento científico gerado em nossas universidades e a relação desses conhecimentos com a comunidade.

Fez-se necessário e possível levantar possibilidades de construção e/ou valoração identitária a partir de pressupostos positivos e concretos referentes à etnia alcançada neste estudo (negra), a partir da aplicação dos conteúdos da Lei em alusão e a busca de amenização em alguns casos da insegurança e do que leva à auto-acusação do ser preto perante o branco, uma forma neurótica e obsessiva de negação étnica como aponta Fanon (2008).

O levantamento de dados e estudo bibliográfico representou em uma fase inicial nesta pesquisa. Período em que ficou marcante o estudo teórico a produção textual referente ao tema e início da confecção descritiva das atividades.

Foi também durante este período o levantamento de novas hipóteses no que tange a representação da etnia negra e indígena na população guarabirense. Representação que assumiu elementos aparentemente negativos de acordo com dados coletados do Instituto de Geografia Estatística, pois apresenta uma população que refuta a identidade negra e busca apoio na referência parda quanto a sua etnia e que se funda na não consciência de si e o conseqüente não reconhecimento próprio.

Com base nas discussões trazidas por autores de diferentes áreas do conhecimento, como sociologia, educação, estudos culturais, o levantamento e estudo de material teórico, buscou-se durante os meses de novembro a dezembro de 2009 apontar elementos que direcionassem as características do processo de ensino-aprendizagem explorado pelas docentes. O enfoque dado a esses elementos (do processo de ensino-aprendizagem) foi dado a

partir da forma como as docentes abordavam as questões afro-brasileiras, africanas e indígenas em sala de aula. Bem como entender de que forma esses conteúdos eram abordados e principalmente, se eram abordados dentro das aulas de língua portuguesa e literatura.

Paralelamente às observações e seus objetivos em sala de aula, foram feitas entrevistas que envolvem docentes ao longo dos meses de novembro e dezembro do ano passado e fevereiro de 2010. Bem como a leitura de material teórico foi fundamental e necessária para entendimento de concepções teóricas sobre a temática identitária, étnica e multicultural.

Foi dada grande ênfase a forma como os conteúdos de literatura e a forma como estes conteúdos estariam sendo aplicados em sala de aula. Daí buscar-se compreender a forma como está sendo aplicada no currículo da escola objeto de estudo, com ênfase em temática afro-brasileira e africana nas práticas cotidianas das professoras em sala de aula.

Assim, de acordo com as entrevistas realizadas com algumas docentes, constatou-se que o currículo da escola objeto de nosso estudo, contempla ainda de forma tímida os conteúdos propostos nesse estudo. Vale salientar que não foi disponibilizado o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, a fim de ser analisado, porém os planos de aula e de planos de unidades das docentes observadas foram analisados e não demonstravam conteúdos relativos à Lei 11.645/08.

Como fator necessário ainda nesse período foi necessário analisar e anotar quais tipos de atividades os professores do ensino fundamental e médio desenvolvem, que incluam os conteúdos literatura afro-brasileira e indígena, em sala de aula ou em outros espaços. Bem como aprofundar as análises da investigação e organização do texto.

Período correspondente de fevereiro de 2010 a novembro de 2010 com a produção textual e análise de dados apresentados por meio deste trabalho de conclusão de curso. A partir de observações, conversas e questionários realizados com discentes e docentes no âmbito escolar, foi constatado grande desconhecimento por parte de docentes e discentes no que diz respeito aos conteúdos de história africana, literatura e culturas afro-brasileira e indígena. Tal proposição foi confirmada a partir de entrevistas com estudantes do ensino fundamental e médio regular noturno das turmas da Escola Estadual Monsenhor Emiliano de Cristo, na cidade de Guarabira-PB.

Em uma dessas entrevistas seis alunos do 3º ano do ensino médio afirmaram não conhecer literatura afro-brasileira e africana, bem como não terem visto conteúdo que fizesse alusão a esses temas.

Os dados apresentados configuram certa linearidade quanto ao resto do país, onde não é perceptível um compromisso político étnico em favor da luta contra essas disparidades sociais, que de acordo com Hall (2000), a identidade deve assumir uma postura dos movimentos políticos, bem como uma posição dentro da política de identidade. O reconhecimento étnico pode ser colaborado através da valoração histórica da contribuição africana, assim como da literatura afro-brasileira e africana indispensável como matriz da história e cultura do país. Tais referenciais histórico-culturais assumem importância chave para elevação de uma imagem consistente e real da figura negra no país.

É possível afirmar após a análise de dados levantados e estudo teórico durante as atividades anteriores que a existência da lei não representa a garantia de uma aplicação ou implementação curricular nas escolas brasileiras, já que grande parte ou a maioria dos educadores desconhecem os conteúdos de história da África, literatura afro-brasileira e indígena nos currículos educacionais. No entanto, a não implementação efetiva desses conteúdos em cursos de graduação pode gerar uma reafirmação da ideologia dominante e a não ressignificação histórica e, como tal, recurso para o engajamento político (SILVA, 2002).

Os dados apontam para consonância entre todas as turmas analisadas, que não apresentam conhecimento sobre a temática proposta pela Lei em alusão. Apenas a partir do segundo ano, período letivo de 2010, a pesquisa pode apontar na prática alguns subsídios para apoiar na implementação da lei, a exemplo da utilização do livro *Amanhecer Esmeralda* do paulista Ferréz, e utilizado em todas as turmas sob diferentes níveis de análise.

Nesse momento, a professora Risolene Galdino ministrou aulas nas turmas do 5º ano EJA, 9º ano D, 7º ano F, 8º ano F e 9º ano D do período noturno da escola Monsenhor Emiliano de Cristo; a professora Elizabete Sales ficou responsável pelas turmas do 2º ano EJA, 2º ano F, 3º ano F e 3º ano E; enquanto a professora Maria Avanete Gomes Ferreira ministrou aulas nas turmas do 8º ano EJA, 1º ano E, 1º ano F e 2º ano E.

As docentes descritas aceitaram de forma positiva a introdução de livros sob a perspectiva afro em sala de aula, embora tenha havido deficiência quanto a implementação dos conteúdos aludidos pela Lei 11.645/08, devido principalmente a certa resistência da instituição em mudar alguns conteúdos programáticos pela escola onde a pesquisa foi realizada; ou seja, ainda se reafirma e reforça o ensino de gramática normativa em detrimento da prática de leitura.

Durante o período da pesquisa foram realizadas entrevistas com os alunos das referidas turmas. Os questionários foram realizados com 75 (setenta e cinco) alunos de todas as turmas de diferentes sexos entre os meses de maio de outubro de 2010.

As questões exploravam aspectos relacionados aos conteúdos propostos pela Lei 11.645/08 e aspectos políticos e sócio-culturais da cultura negra e indígena e a construção de elementos constitutivos do posicionamento étnico-ideológico.

O reconhecimento étnico, a partir da construção de identidade étnica, proposto aqui não defendeu uma perspectiva de identificação com base naturalista a qual, segundo Hall (2000), é fundamentada a partir de um reconhecimento de origem comum, ou característica e/ou ideal partilhado partilhados pelo grupo. Bem como esse teórico, partiu-se de um processo de identificação em constante construção na abordagem discursiva. Embora essa perspectiva leve a uma operação de diferença de uma oposição em detrimento da outra, o que faz parte de uma construção ideológica.

Dessa forma, a busca pela discussão da temática afro em sala de aula não é concebida como fator behaviorista de construção do ser a partir da “moldagem exterior”, mas a concepção de seres pensantes e em constante processo cognitivo, que sentem a necessidade exigida pelo mundo atual de reconhecimento igualitário através da possibilidade discursiva.

Como nos diz Hall (2000, p. 111-2),

‘identidade’ para significar o ponto de encontro, o ponto de *sutura*, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos ‘interpelar’, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode ‘falar.’

É sob essa ótica que a escola, assim como a universidade, deve assumir a posição de geradora de cidadãos gestores de si mesmos, formulando referenciais histórico-culturais importantes para uma aceitabilidade e auto-afirmação positiva na construção da identidade étnica com apoio da “escola, compreendida como espaço de afirmação dos sujeitos e não de negação.” (FERREIRA, 2006, p. 20).

Como última fase deste estudo, a realização de atividades práticas se fizeram necessárias através da intervenção por meio do pesquisador. Sendo realizadas propostas de planos de aula e planos de unidade na busca pela implementação dos conteúdos curriculares institucionalizados pela Lei 11.645/08.

3 O TRABALHO ANALÍTICO NA MONSENHOR EMILIANO DE CRISTO: MOVIMENTO EDUCACIONAL E NOVAS PERSPECTIVAS NECESSÁRIAS

A elaboração de questionários (ver apêndice ao final deste trabalho) foi necessário para uma maior percepção da realidade sociocultural em que parte dos estudantes estavam inseridos.

Assim, uma das questões apresentadas aos alunos fazia referência ao conhecimento ou não dos termos literatura africana, literatura afro-brasileira e indígena. O que resultou na resposta de apenas 23 (vinte e três) alunos afirmativamente, enquanto 48 (quarenta e oito) responderam negativamente. Embora grande número de alunos não tenha conhecimento sobre as denominações acima elencadas, quando perguntados sobre a importância do estudo da cultura africana e indígena na escola, 67 (sessenta e sete) alunos responderam afirmativamente, ou seja, foram favoráveis a aplicação desses conteúdos na escola.

Quando questionados se a escola na qual estudam respeita as diferenças sócio-culturais, raciais, étnicas, religiosas e/ou valorizava tais aspectos, cinquenta e quatro estudantes responderam afirmativamente, enquanto dezenove responderam negativamente. Vale ressaltar ainda o posicionamento dos discentes quando questionados a respeito de qual grupo étnico-racial acreditavam possuir, oportunidade em que responderam: 19 (dezenove) se consideram brancos, 13 (treze) negros, 38 (trinta e oito) pardos, 2 (dois) amarelos e 1 (um) indígena.

Por último, os alunos responderam se já foram vítima de preconceito, bem como foi solicitado que expusessem que tipo de preconceito (racial, econômico, opção sexual etc.). A respeito de tal questionamento 51 (cinquenta e um) alunos responderam que nunca sofreram preconceito de forma alguma, 14 (quatorze) afirmaram que já sofreram algum tipo de preconceito, principalmente, de ordem econômica, e apenas 1 (um) não soube responder. Todas as entrevistas foram produzidas de forma a guardar a impessoalidade dos entrevistados, uma tentativa de não identificá-los de forma alguma.

Os questionamentos tiveram por objetivo analisar a situação da escola campo de estudo assim como parte da visão ideológica e política de alguns alunos, tendo como base qualitativa de dados e quantitativa a fim de dar maior segurança na análise. Assim foi possível visualizar que a maior parte dos alunos entrevistados se consideram pardos, e que o segundo menor número é de negros (treze) no total e apenas 1 (um) indígena

Se na primeira fase deste estudo constatou-se o negativismo que carrega as etnias negras e indígenas na cidade de Guarabira-PB, através de alguns dados trazidos pelo IBGE (Instituto de Geografia e Estatística), num segundo momento do presente estudo, foi possível constituir um esboço mais específico dos dados apontados pelos próprios alunos pertencentes ao ambiente em referência desse estudo, a escola Monsenhor Emiliano de Cristo – Polivalente – como é assim conhecido.

O termo negro não designa apenas características físicas, mas remonta a uma escolha política, daí uma escolha subjetiva, bem como abrange as cores pretas e pardas, sendo uma categoria que abrange aqueles que reconhecem a ascendência africana, segundo aponta as *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*.

O censo realizado em 2.000 pelo IBGE na cidade de Guarabira-PB apontava para uma população de 51.482 habitantes, sendo desse total da população dessa cidade 746 habitantes declaradamente “pretos”, segundo censo realizado pelo Instituto de Geografia e Estatística – IBGE. Guarabira-PB recebe um extenso contingente populacional de cidades do agreste paraibano e de outras microrregiões do estado, fator exercido por configurar uma cidade pólo regional. Bem como esperado, grande parte da população estudantil do município pertence a cidades circunvizinhas.

Assim, a escola onde o estudo foi realizado comporta estudantes da região do circundante do município de Guarabira-PB, porém esses números diminuem drasticamente quando falamos das aulas noturnas, fator devido talvez a localização da escola Monsenhor Emiliano de Cristo, que com distância considerável do centro da cidade.

A partir de observações, conversas e entrevistas feitas com discentes e docentes no âmbito escolar, constatou-se, com raras exceções de alguns professores, um desconhecimento quase generalizado no que diz respeito aos conteúdos de literatura africana, afro-brasileira e indígena. Tal proposição foi constatada a partir de entrevistas feitas com estudantes do ensino fundamental e médio das turmas acima descritas; em uma dessas entrevistas seis alunos do 3º ano do ensino médio responderam da seguinte forma quando questionados sobre os conteúdos de literatura e sobre seu possível conhecimento em literaturas afro-brasileira e indígena, além de quais pontos ele gostaria de melhorar nas aulas de língua portuguesa e literatura:

A gente não tem aulas certas de literatura desde que nossa ex-professora adoeceu [últimos dias de outubro de 2009], mas a gente gostava muito das aulas dela. A Profª Elizabete trazia músicas e uns contos e até poesia pra gente ler na aula. As músicas eram boas, tipo CPM 22 [banda de rock nacional, *hardcore melódico*, fundada em

1995 e bastante popular entre jovens] e outras bandas também de forró. Ela [a professora] chegou até a mostrar uns livros pro vestibular. Nós temos mais dificuldade pra interpretar dos textos que ela trazia. Aluno A: se eu pudesse melhorar as aulas, eu ia trazer uns livros pro pessoal ler em casa e ia trazer filmes e músicas também pra animar o pessoal quando fosse ensinar literatura. Aluno B: também ia dividir as aulas entre português e literatura pra entender melhor. Aluno C: Eu iria trazer uns filmes, CDs e até slides pra mostrar na sala. Aluno D: Acho que ia fazer peças dos livros como os alunos. [outros dois alunos não souberam ou não quiseram responder as perguntas propostas].

A entrevista durou cerca de 40 minutos. A partir das palavras dos educandos, nota-se a forte ligação metodológica utilizada pela docente e sua influência para com seu alunado, embora os estudantes não apresentem discussões consistentes no que concerne ao processo intertextual aparentemente usado pela professora.

É característico também um discurso explicitamente voltado para a relação, ou quase obrigação, do estudo de literatura voltado para o vestibular; não é possível afirmar que o trabalho desenvolvido naquela turma no âmbito literário esteja voltado para outras formas de conceber a arte escrita a não ser através da responsabilidade do vestibular.

Por outro lado, há uma vinculação, mesmo que de forma aparentemente acrítica, com o contexto sociocultural do educando, uma preocupação persistente nas discussões dentro do âmbito pedagógico e que sua prática possibilitaria a construção ou colaboração na construção de uma imagem da instituição escolar e sua relação com a ambiente social mais próxima da sociedade, que na maioria das vezes é afastada do ambiente acadêmico.

Somos levados a um parecer avaliativo, de certa forma ainda imaturo pelo curto espaço de tempo de observação, mas no qual pudemos constatar como característica elementar um ensino caracterizado ainda por bastantes elementos do tradicionalismo do ensino de língua portuguesa, além da não aplicação prática dos conteúdos propostos pela lei 11.645/08. Já que as aulas não apresentaram, aparentemente, vínculos entre conteúdo/realidade sociocultural e função efetiva de recursos da língua para utilização do discente.

Essa visão é atualmente defendida por educadores, como nos diz o próprio Travaglia (2007) “quando se estudam aspectos gramaticais de uma língua, estão sendo estudados os recursos de que a língua dispõe para que o falante/escritor constitua seus textos para produzir o(s) efeito(s) de sentido que pretendendo sejam percebidos pelo ouvinte/leitor e o que afeta esta percepção.” (TRAVAGLIA, 2007, p. 45).

Segundo Irandé (2003), nos diz que o ensino de língua portuguesa “revela a persistência de uma prática pedagógica que, em muitos aspectos, ainda mantém a perspectiva

reducionista do estudo da palavra e da frase descontextualizadas.” O ensino de língua materna, na escola objeto de nossa análise em turmas individuais sofre fortes influências desse método tradicionalista, embora haja grande quantidade de elementos que também caracterizam esse ensino próximo as novas perspectivas de ensino, em que o aluno recebe posição de igualdade em sala e possui maior liberdade de discussão.

Embora tal possibilidade de discussão esteja predominantemente calcada numa ótica ideológica do dominante (ideário acrítico de uma aceitabilidade passiva do discurso das classes de maior poder aquisitivo em detrimento de uma concepção política própria), principalmente quanto a fatores identitários, em que a mídia parece ter forte domínio dessa expressão dos educandos. E em que os aspectos da negritude parecem assumir conotação negativa, tornando esse discurso uma “verdade” para a população, entendendo o discurso como objeto simbólico (significante + significado) e objeto político (luta pelo poder). (POSSENTI, 2009).

Com base no processo de ensino-aprendizagem nas salas de aula observadas, notou-se grande deficiência no que tange a orientação docente ao ensino de literatura de língua portuguesa com ligação aos conteúdos relacionados à literatura afro-brasileira e indígena, mesmo a outros aspectos culturais.

Tal fato se repetiu quanto ao ensino de língua materna; já que as produções e leituras textuais, mesmo quando estas eram feitas, estavam voltadas para práticas de leitura restritas ao ambiente escolar, centradas no dever institucional e burocrático em detrimento do prazer pela leitura (ANTUNES, 2003, p. 28). Além do ensino de língua portuguesa ser dessa forma desvinculado de sua característica principal: uso da língua, leitura, escrita e oralidade, ficou explícita a não exploração da cultura afro-brasileira e indígena no processo de construção sociocultural e física de nosso país.

Em uma das aulas de língua portuguesa observada no dia 09 de novembro de 2009 no 9º ano E, a docente explanava a respeito do processo de formação de palavras na língua portuguesa de nosso país, dentre um dos processos está o hibridismo que nas palavras da docente “são palavras formadas com elementos que provêm de línguas diferentes”. Em um dos exemplos trazidos pelo material didático utilizado pela professora estavam palavras de origens africanas, como *sambódromo* (*samba – origem africana + dromo – origem grega*); porém não houve exploração da temática cultural africana em nossa cultura, com destaque para a língua no caso apresentado.

Tendo como referência as aulas observadas, pode-se considerar que o processo de ensino-aprendizagem de literatura e língua materna está bastante caracterizado pela utilização de meios que não alcançam os componentes institucionalizados pela lei 11.645/08. Portanto não acompanham as exigências sociais e particulares de uma população que busca auto-afirmação e igualdade em todos os aspectos, mas principalmente no reconhecimento étnico. O trabalho educacional no caso em estudo não suporta o processo social de assumir o multiculturalismo e a diversidades sociais, culturais, regionais.

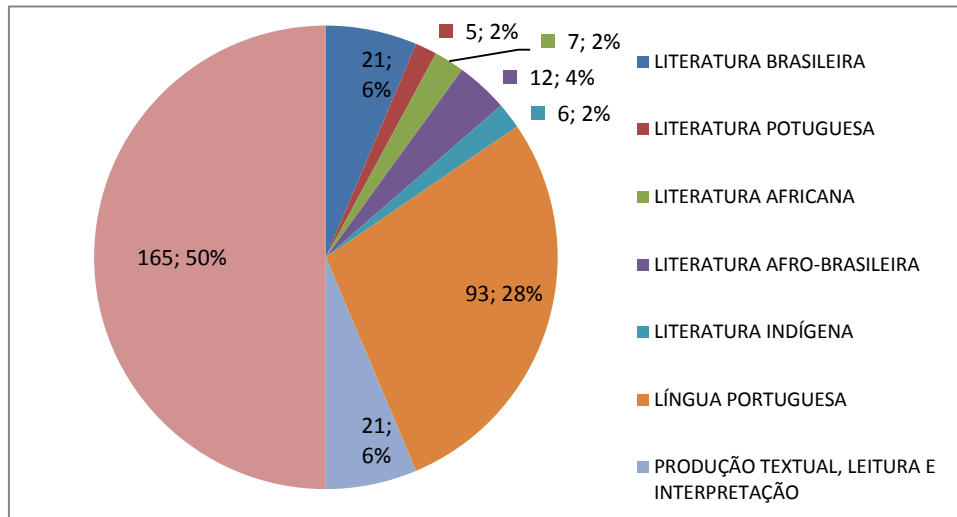
Em entrevista realizada com alunos do 2º ano F, do ensino médio no dia 02 de dezembro de 2009, responderam da seguinte forma quando questionados sobre os conteúdos de literatura brasileira:

A gente lembra que estudou o Romantismo. Viu Castro Alves. Tem também o Realismo em Portugal. A gente lembra também de Gonçalves Dias; a professora Elizabete trouxe até uma música de Jota Quest – *Sol* – pra gente comparar com um poema de Gonçalves Dias.

Como fica claro, não há referência alguma a conteúdos de literatura afro-brasileira. Como característica fundamental do ensino de literatura em nossas escolas está a caracterização do conteúdo em “escolas literárias”, divisão meramente didática, mas que assume papel basilar no ensino dessa disciplina estratificando as expressões literárias, além de favorecer com clareza os cânones de nossa produção literária.

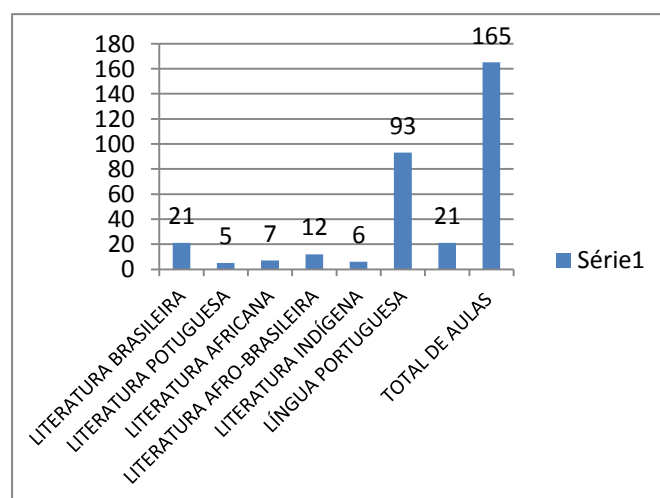
A caracterização de ensino como favorecedor do discurso ainda vigente de influência eurocêntrica é constante no material utilizado nas aulas de português da escola onde foi realizado este estudo.

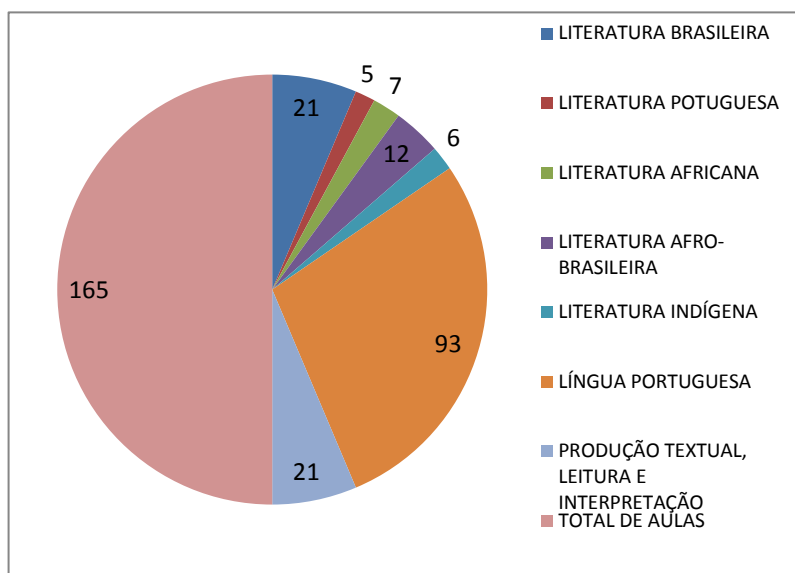
Tal afirmação pode ser posta com maior segurança a partir da análise dos conteúdos abordados em sala de aula, os quais podem ser observados na tabela de aulas observadas e conteúdos descritos, bem como através do gráfico abaixo apresentado, que aponta as aulas de língua em porcentagem na 2ª fase do ensino fundamental e ensino médio ao longo de toda a pesquisa. Vale salientar que os conteúdos de literatura africana, afro-brasileira e indígena foram expostos através da interferência do aluno pesquisador, a exemplo da análise do texto bosquímano da África do Sul, oriundo de lenda: “A primeira Chuva” em 20 de abril de 2010 na turma do 3º ano F.



Como se pode perceber, os conteúdos voltados para a temática tratada pela Lei 11.645/08, como os conteúdos de literatura afro-brasileira que corresponderam a 12 (doze) aulas durante as 165 (sesenta e cinco) aulas observadas durante todo o período de pesquisa. Porém fica explícito o favorecimento pela pelos conteúdos de voltados para o ensino gramatical, representados no gráfico com a denominação “língua portuguesa”, que correspondem a 93 aulas observadas e voltadas restritamente ao ensino de gramática normativa.

Assim, os dados apontam ainda para a inserção de 7 (sete) aulas voltadas para o ensino de literatura africana dentro do universo de 165 (sesenta e cinco) aulas durante a pesquisa realizada na escola Monsenhor Emiliano de Cristo, como se pode denotar a partir dos gráficos abaixo, que representam os números em quantidade de aulas.





3.1 Metodologias utilizadas nas aulas de língua portuguesa e perspectivas buscadas

Em um dos livros (SARMENTO, Leila Lauar. *Português: leitura, produção, gramática*. 7ª série. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.) não nos é apresentada nenhuma proposta de trabalho e/ou discussão a respeito dos conteúdos da literatura africana, afro-brasileira e indígena em suas propostas de exercícios. Como material referencial utilizado por escolas públicas estaduais de nosso Estado, temos como exemplares os livros *A África está em nós* de Roberto Benjamin (BENJAMIN, Roberto. *A África está em nós: história e cultura afro-brasileira*. Livro 3. João Pessoa: Grafiset, 2006. e BENJAMIN, Roberto. *A África está em nós: história e cultura afro-brasileira*. 2º volume. João Pessoa: Grafiset, 2005.).

Um material alvo de muitas críticas de intelectuais da área devido principalmente pela descrição simplista da cultura afro no processo de construção cultural dos países de influência cultural negra.

A partir do que foi exposto pode-se inferir a respeito de uma maior intensificação e eficiência a respeito dos conteúdos institucionalizados pela Lei 11645/08 tomando como referência a escola objeto de nossa pesquisa. Bem como se faz necessária uma discussão mais ampla a respeito do ensino de língua portuguesa.

Um processo de ensino aprendizagem predominantemente calcado no estudo da gramática normativa, a qual ainda é vista e utilizada não como tentativa, embora infrutífera, de sistematizar rigidamente a língua, mas como objeto de exclusão daqueles que não se aproximam do considerado “padrão culto”. Assim, compartilhamos da ideia de um ensino de língua plural, assim como discute Travaglia (2007), quando defende a ideia de um ensino de

língua materna voltado não apenas para a modalidade de língua formal, mas calcado em gêneros textuais e aberto a outras modalidades não-formais.

Porém assumir tal postura não parece tarefa fácil ela provoca o levantamento de várias questões e problemas quanto ao processo de tentativa de sistematização da língua, principalmente. Reconhecemos alguns pontos a serem melhor abordados, mas consideramos a visão dos autores quanto a gramática internalizada, por si só sistematizada.

Mas além do ensino institucionalizado é necessária uma discussão ideológica que aponte para não existência de correlação entre características naturais ou genéticas e a produção cultural dos mais diversos povos. Os diferentes comportamentos dos homens não estão ligados a diferenças genéticas hereditárias, mas que são entendidas a partir da história cultural de cada povo. Essa visão de transmissão genética é baseada em influências evolucionistas, ou darwinistas, a qual antropólogos vêem a cultura como um processo uniforme em todas as sociedades e em etapas Laraia (2001).

Dessa forma, buscamos um caminho do processo ensino-aprendizagem que apresente caminhos para uma constante pesquisa e tentativa de resolução de complicações no âmbito étnico principalmente. De forma a auxiliar uma construção identitária de povos afro-brasileiros e indígenas através do referencial escolar. Este referencial acredita-se pode ser (re)construído por meio de características historicamente constatadas das duas etnias acima apresentadas no processo de construção da sociedade brasileira.

Uma das hipóteses levantadas neste estudo estava na construção e/ou valoração étnica que parte da concepção que vê a identidade como ideologia assumida de forma mutável pelo ser em relações sociais e constantemente modificada e assumida em diferentes situações por um mesmo indivíduo de acordo com sua subjetividade e necessidade da situação. Uma proposta de pensamento bastante atraente, mas que pode não explicar elementos que demonstram características de indivíduos de forma aparentemente linear em situações diversas.

É o que se pode inferir quanto ao comportamento de alguns jovens na escola objeto de estudo, que buscam elementos aproximados ao estilo afro-americano como o *rap* e o *reggae* jamaicano, de tal forma que tentam imitar o vestuário de alguns músicos desses estilos, tanto no exterior, quanto nativos, a exemplo do grupo paulista *Racionais Mc's* e *Tribo de Jah*.

Em meio a esse ambiente pouco explorado da cultura africana, afro-brasileira e indígena a visão das diferentes Áfricas e de nações indígenas com suas culturas, seus idiomas,

suas histórias nacionais e seus desenvolvimentos principalmente no período pós-colonização, ou de descolonização européia em 1957 no que se refere aos países africanos.

Assim, a educação calcada na igualdade étnico-racial/social pode promover no futuro condições de igualdade entre as pessoas em meio social através do ensino. De forma a buscar a igualdade social através da valorização da diversidade, porém não cair na armadilha do racismo ao inverso como salienta Bernd (1984). De forma a promover-se um sistema propício ao processo de valoração e ligação a cultura afro e indígena e oposição ao contato de um sistema cultural com outro (europeu, africano e indígena) através do processo de aculturação e que gerou bastantes traumas às etnias não brancas.

A partir das discussões propostas por Bernd (1984), buscou-se uma retratação dos conteúdos e do posicionamento dos estudantes quanto a temática afro. Foi necessário para a constatação dessa realidade a elaboração de questionário, que proporcionou uma maior identificação da prática escolar em que os estudantes das turmas observadas se encontravam

Como discutido anteriormente, uma das questões proposta fazia referência ao pertencimento étnico dos alunos que responderam ao questionário, oportunidade em que a maior parte dos alunos considerou-se parda (38- trinta e oito), e que o segundo menor número é de negros (13-treze) no total e apenas 1 (um) indígena.

Os números apresentam correlação com a negatividade do aspecto negro e indígena na etnia da população, sendo um recorte necessário feito apenas em parte do corpo discente da Escola Monsenhor Emiliano de Cristo em Guarabira-PB. Sob essa ótica buscou-se apoio na teoria identitária de estudiosos como Hall (2000) a fim de compreender o negativismo que o termo negro na construção de identidade carrega hodiernamente, que aponta para uma significação de carga negativa da imagem do negro e do indígena em nossa sociedade e que perdura com bastante força gerando a não-identificação com essas etnias, embora estejam presentes fundamentalmente na constituição de nosso povo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado através desta pesquisa proporcionou de forma concreta e ativa um maior contato entre conhecimento teórico produzido e adquirido dentro e a partir da universidade; uma maior relação entre instituição escolar e a academia que muitas vezes não apresenta relação entre a comunidade civil e a comunidade científica. A partir das propostas definidas pela Lei 11.645/08, conjuntamente com a teorização de estudiosos como Fanon (2008) e Bhabha (2007), a partir da perspectiva dos estudos culturais voltados para a significação identitária e a relação sociocultural.

As práticas de observações e levantamento de dados, bem como os estudos bibliográficos foram essenciais e modeladores da construção de uma visão crítica a respeito da temática identitária nas sociedades contemporâneas. As atividades intervencionistas realizadas durante a pesquisa deram oportunidade de sistematizar e complementar o currículo escolar das turmas analisadas, gerando a oportunidade de efetivar a aplicação dos conteúdos referentes à cultura afro-brasileira, africana e indígena no currículo escolar, e consequentemente, na formação ideológica e da identidade do corpo discente, como aponta Silva (2005) em *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*.

Merece destaque ainda relevante fator: a possibilidade de produção científica referente aos resultados obtidos durante e pós a pesquisa, assim como a produção feita a partir de estudos de livros didáticos e paradidáticos ofertados pela escola aos alunos e sugeridos através da pesquisa voltados para a Lei 11.645/08.

As possibilidades de trabalho pedagógico centrados no desenvolvimento da pesquisa se multiplicaram ao longo da pesquisa, o que proporcionou a feitura de oficinas de leituras em sala de aula de livros de literatura infanto-juvenil, além da produção de uma oficina de cultura afro e indígena realizada ao longo da pesquisa. A oficina **A cultura africana, afro-brasileira e indígena em cena** foi realizada nos turnos tarde e noite teve a participação de alunos do último ano do ensino médio vespertino da E. E. Monsenhor Emiliano de Cristo e de alunos das três séries do ensino médio (1º, 2º e 3º anos do ensino médio) e duas turmas do ensino fundamental de segunda fase (8º e 9º anos do ensino fundamental de segunda fase).

A produção da oficina teve a presença dos professores Rosilda Alves Bezerra e Waldeci Ferreira Chagas, Doutores em Literatura e História respectivamente e professores da Universidade Estadual da Paraíba, Campus – III. Os docentes trataram de questões históricas e da produção literária através de um intercâmbio entre o continente africano e o Brasil dentro

das diversidades daquele continente e suas culturas, e as culturas brasileiras de matriz africana, como aspectos da religião, música, culinária, produção científica por exemplo. O que proporcionou uma maior interligação do corpo discente e docente da escola campo da pesquisa e os conteúdos tratados pela Lei 11.645/08, bem como uma interligação entre academia e a instituição foco da produção científica pedagógica, principalmente, quanto a cursos de licenciatura, como ocorre com a Faculdade de Letras da UEPB.

As discussões a respeito da pesquisa de iniciação científica **A Lei 11.645/08 e a Inclusão dos Conteúdos de Língua Portuguesa e Literatura Afro-Brasileira, Africana e Indígena nos Currículos Escolares da Educação Básica** foram essenciais para a produção discursiva em congressos, encontros, seminários, publicações e espaços de diálogos desenvolvidos em eventos científicos e a produção deste trabalho conclusivo, pois como se pode perceber ao longo dos estudos desenvolvidos nesse estudo, o caráter político da proposta da Lei 11.645/08 e seu caráter afirmativo trouxeram uma nova visão a respeito da imagem da produção científica de caráter e resquício comteano quanto à busca da produção impessoal e afastada de elementos valorativos e subjetivos consequentemente, que após as produções e leituras percebeu-se que o caráter político desse estudo esteve presente desde o início dos estudos e a linearidade com Bhabha (2007) aponta para a idéia da produção escrita se constituir como elemento essencial para a produção política e arma de formal para expressão de posicionamentos político-ideológico.

Os resultados finais obtidos ao final deste estudo apontam para uma mudança de caráter ainda tímido quanto à ressignificação da imagem do negro e do indígena, principalmente, dentro da literatura numa perspectiva crítica. Tal conclusão pôde ser orientada a partir de discussões em sala de aula e de práticas analíticas de leituras com alunos da escola campo desta pesquisa. Os estudantes em sua maioria apontaram para uma concepção crítica a respeito da desvalorização do elemento negro em nossa sociedade dentro do círculo de discussão política com o qual eram envolvidos, a partir de entrevistas orais ou escritas e de práticas de leitura de textos que tratavam dos conteúdos propostos pela Lei 11.645/08, a exemplo de *Amanhecer Esmeralda*, de Ferréz.

As duas etnias abordadas pela Lei 11.645/08 merecem maior atenção nas discussões desenvolvidas dentro da escola em seus diferentes níveis, se constituindo dessa forma em uma das instituições responsáveis pela concretização e construção identitária no ambiente plural democrático das diferenças. Ambiente responsável pela constituição de valores aprendizado das diferenças, da tolerância em detrimento da negação da problemática negra e indígena,

como nos diz Correia (2006, p.36): “não há maior foco de resistência branco-dominante do que a supressão e o silêncio da consciência negra.”

REFERÊNCIAS

- ANGELO, Francisca Novantino P. de. "A educação e a diversidade cultural". In: **Cadernos de Educação Escolar Indígena — 3º Grau Indígena**. N. 01, Vol.01. Barra do Bugres: Unemat, págs.34-40, 2002.
- ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro e interação**. 7ª ed. São Paulo: Parábola, 2003.
- ARRABAL, José. **O livro das origens**. Ilustrações de Andréa Velela. São Paulo: Paulinas, 2001.
- BERND, Zilá. **A Questão da Negritude**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BERND, Zilá. **O que é Negritude**. São Paulo: Brasiliense, 1988
- BEZERRA, Rosilda Alves; CHAGAS, Waldeci Ferreira. Ensino de história e literatura afro-brasileira: a lei 10.639/03 e os percursos entre Brasil e África. In: BEZERRA, Rosilda Alves; LINS, Juarez Nogueira; NEGREIRO, Carlos Alberto de. **Literatura e outras linguagens**. Natal: Philia; Olinda: Elógica, 2007.
- BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRAZ, Júlio Emílio. **Lendas da África**. Ilustrações de Maurício Veneza. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.
- _____. **Lei nº 10.639**. Inclui a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial da rede de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2003.
- _____. **Lei Nº 11.645/08, de 10 março de 2008**. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Diretrizes e bases da educação nacional. Inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 2008.
- CANDAU, Vera Maria (Org.) **Somos todos iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CHAGAS, Waldeci Ferreira. Por que estudar a história da África no ensino fundamental e médio? In: LINS, Juarez Nogueira; BEZERRA, Rosilda Alves; CHAGAS, Waldeci Ferreira (Org.). **Espaços Interculturais: linguagens, memória e diversidade discursiva**. Olinda-PE: LivroRápido, 2006.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre prática e representação**. Lisboa: Difel, 1990.

CHIAVENATO, Júlio José. O racismo e a ideologia do branqueamento entram em cena. In: **O negro no Brasil: da senzala à Guerra do Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CORREIA, Lepê. **Canoeiros e Curandeiros: Resistência negro-urbana em Pernambuco - século XIX**. Recife: Funcultura, 2006

SILVA, Maria Palmira jda. Identidade e consciência racial brasileira Pág. 53-64. In: SEYFERTH, Giralda; SILVA BENTO, Maria Aparecida; DA SILVA, Maria Palmira; BORGES PEREIRA, João Baptista; SIQUEIRA, Maria de Lourdes; SILVÉRIO, Valter Roberto; DA SILVA, Maria Aparecida; GOMES, Joaquim Barbosa. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2002.

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura e afro-descendência. In: **Literatura Política identidades: Ensaio**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005.

FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Trad.: Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERRÉZ. **Amanhecer Esmeralda**. Ilustrações: Igor Machado. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

FILHO, Agassiz Almeida. **Fundamentos do Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

FLEURI, Reinaldo Matias (Org.). **Educação intercultural: mediações necessárias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Visibilidade e ocultação da diferença: Imagens de negro na cultura brasileira. In: _____. (Org.) **Brasil afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GOMES, Nilma Lino. O desafio da diversidade. In: GOMES, Nilma Lino; GONÇALVES E SILVA, Petronilha B. (Orgs.). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. **Preconceito Racial: modos, temas e tempos**. São Paulo: Cortez, 2008.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

LAJOLO, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MADEIRA, Margot Campos. Representações sociais e educação: importância teórico-metodológica de uma relação. In: MOREIRA, A. S. P. e JESUINO, J. C. (Orgs) **Representações sociais: teoria e prática**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2003. p. 113-133.

MOSCOVICI, Serge. **La Psychanalyse**: Sonimageetsonpublic (Deuxième édition:1976 ed). Paris: PressesUniversitaires de France, 1961.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: EDUSP/Estação Ciências, 1996.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NICOLA, José de. **Português: Ensino Médio**. Volume 2. 1ª Ed. São Paulo: Scipione, 2009.

NICOLA, José de. **Português: Ensino Médio**. Volume 3. 1ª Ed. São Paulo: Scipione, 2008.

NOVA, Sebastião Vila. **Introdução à Sociologia**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PERRENOUD, Philippe. **10 Novas Competências para Ensinar**: Convite à Viagem. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PEREIRA, João Baptista Borges. O negro e a identidade racial brasileira Pág. 65-71. In: SEYFERTH, Giralda *et al.* **Racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2002.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. São Paulo: Mercado das Letras, 2009. (Coleção Leituras do Brasil).

ROCHA, Maria José; PANTOJA, Selma (Orgs.). **Rompendo silêncios**: história da África nos currículos da educação básica. Brasília: DP Comunicações, 2005.

ROCHA, Solange Pereira da. **Negro na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: UNESP, 2009.

SÁ, Celso P. de. **Núcleo Central das representações sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SÁ, Celso P. de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SANTOS, Joel Rufino. **A questão do negro na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1990.

SANTILLI, Maria Aparecida. **Estórias Africanas: história e antologia**. Rio de Janeiro: Ática.

SARMENTO, Leila Lauar. **Português: Leitura, produção, gramática**. 5ª Série. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

_____, Leila Lauar. **Português: Leitura, produção, gramática**. 8ª Série. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 2006.

_____, Leila Lauar. **Português: Leitura, produção, gramática**. 6ª Série. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 2006

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Projeto Nacional de Educação na Perspectiva dos negros brasileiros. In: **Conferências do Fórum Brasil de Educação**, 2004, Brasília. Anais... Brasília, 2004.

SILVA, Ana Célia da. A ideologia do embranquecimento na educação brasileira e proposta de revisão. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: EDUSP/Estação Ciências, 1996.

SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador: EDUFBA, 2002.

SILVA, Aracy Lopes da. (org.) **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/ENESCO, 1995.

SILVA, Rosa Helena Dias da. Afinal quem educa os educadores indígenas? In: GOMES, Nilma Lino; GONÇALVES E SILVA, Petronilha B. (Orgs.). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estados Culturais**. 6ª ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. Identidade e racismo: a ancestralidade africana reelaborada no Brasil pág. 73-85. In: SEYFERTH, Giralda; SILVA BENTO, Maria Aparecida; DA SILVA, Maria Palmira; BORGES PEREIRA, João Baptista; SIQUEIRA, Maria de Lourdes; SILVÉRIO, Valter Roberto; DA SILVA, Maria Aparecida; GOMES, Joaquim Barbosa. **Racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2002.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2003.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática: ensino plural**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2007.

www.sidra.ibge.gov.br. Acesso em 19 de fevereiro de 2010, às 14h:12min.

www.forumeja.org.br. Acesso em 04 de agosto de 2010, às 20h:31min.

APÊNDICES

Apêndice 1.



Universidade Estadual da Paraíba – Campus III

Departamento de Letras e Educação

Faculdade de Licenciatura Plena em Letras

Projeto: A Lei 11.645/08 e a Inclusão dos Conteúdos de Língua Portuguesa e Literatura afro-brasileira, Africana e Indígena nos Currículos Escolares da Educação Básica.

Professora Orientadora: Rosilda Alves Bezerra

Aluno: Luiz Paulo de Carvalho Ferreira

Questionário Discente

Questionário elaborado com o fim de avaliar o conhecimento dos educandos da 7^a, 8^a e 9^a séries do ensino fundamental e 1^a, 2^a e 3^a séries do ensino médio noturno da E.E. Monsenhor Emiliano de Cristo, localizada em Guarabira-PB, com o objetivo de perceber o conhecimento do corpo discente quanto a temática cultural afro-brasileira, africana e indígena no que diz respeito ao conteúdo de literatura e língua portuguesa aplicados em sala de aula.

1. Você gosta dos conteúdos literatura?

sim

não

2. Você conhece o termo Literatura Afro-brasileira, Africana e/ou Indígena?

sim

não

3. Você acha importante o estudo da cultura africana e indígena na escola?
() sim () não
4. O que você, na condição de professor, gostaria que fosse aplicado nas aulas de língua portuguesa e literatura?
5. Sua escola respeita as diferenças sócio-culturais, raciais, étnicas, religiosas e/ou valoriza tais aspectos?
6. Qual grupo étnico-racial você acredita pertencer?
- () branco () negro () pardo () índio () amarelo
7. Você já foi vítima de preconceito? Em caso positivo exponha que tipo de preconceito (racial, econômico, opção sexual etc.)

Apêndice 2

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Conteúdos aplicados em sala de aula

Disciplina	Série	Dia	Conteúdo
Língua Portuguesa	2º ano F	06/11/09	Artigos definidos e indefinidos
Língua Portuguesa	3º ano F	06/11/09	Expressões adverbiais
Língua Portuguesa	9º ano E	06/11/09	Processo de formação de palavras
Língua Portuguesa	6º ano G	09/11/09	Sinônimos e antônimos
Língua Portuguesa	8º ano E	09/11/09	Palavras homônimas
Língua Portuguesa	9º ano E	09/11/09	Processo de formação de palavras
Língua Portuguesa	7º ano	10/11/09	Período simples e composto
Língua Portuguesa	3º ano F	10/11/09	Orações subordinadas adjetivas
Língua Portuguesa	1º ano E	10/11/09	Produção textual
Língua Portuguesa	6º ano G	13/11/09	Prefixos e sufixos
Língua Portuguesa	9º ano E	13/11/09	Orações subordinadas adverbiais
Língua Portuguesa	7º ano	13/11/09	Treino ortográfico
Língua Portuguesa	6º ano G	16/11/09	Ortografia e regras gramaticais
Língua Portuguesa	8º ano E	16/11/09	Figuras de pensamento
Língua Portuguesa	9º ano E	16/11/09	Processo de formação de palavras
Língua Portuguesa	1º ano E	18/11/09	Produção textual
Língua Portuguesa	3º ano F	18/11/09	Orações subordinadas substantivas
Língua Portuguesa	2º ano F	18/11/09	Resolução de exercício: exemplos de O.S.S.
Língua Portuguesa	6º ano E	04/12/09	Conjugação verbal
Língua Portuguesa	9º ano F	04/12/09	Ortografia
Língua Portuguesa	9º ano F	08/12/09	Aplicação de prova
Língua Portuguesa	8º ano E	08/12/09	Aplicação de prova
Língua Portuguesa	7º ano	09/12/09	Aplicação de prova
Língua Portuguesa	1º ano E	09/12/09	Aplicação de prova
Língua Portuguesa	2º ano F	11/12/09	Aplicação de prova

Língua Portuguesa	3º ano F	11/12/09	Revisão: orações subordinadas
Língua Portuguesa	9º ano E	11/12/09	Produção textual em sala de aula
Língua Portuguesa	6º ano G	14/12/09	Aplicação de prova
Língua Portuguesa	8º ano E	14/12/09	Revisão: conjugação verbal
Língua Portuguesa	2º ano F	16/12/09	Termos acessórios da oração
Língua Portuguesa	3º ano F	16/12/09	Aplicação de prova
Língua Portuguesa	6º ano G	18/12/09	Aplicação de prova
Língua Portuguesa	9º ano F	18/12/09	Predicado nominal
Língua Portuguesa	1º ano E	21/12/09	Figuras de linguagem
Língua Portuguesa	2º ano F	21/12/09	Resolução de exercício: O.S.A.
Língua Portuguesa	7º ano F	09/02/10	Resolução de exercício: sinônimos
Língua Portuguesa	8º ano F	11/12/10	Substantivo
Língua Portuguesa	5º ano EJA	11/12/10	Treino ortográfico
Literatura	1º ano E	12/12/10	Leitura e interpretação textual: poesia
Língua Portuguesa	3º ano F	12/12/10	Resolução de exercício: vozes verbais
Língua Portuguesa	5º ano EJA	15/12/10	Acentuação gráfica
Língua Portuguesa	7º ano F	16/02/10	Produção de exercício em sala: artigos
Literatura	2º ano F	18/02/10	Resolução de exercício: interpretação textual
Língua Portuguesa	9º ano D	19/02/10	Identificação do sujeito em crônica
Língua Portuguesa	3º ano F	22/02/10	Funções da linguagem
Língua Portuguesa	3º ano E	05/04/10	Estrutura e Formação de Palavras
Literatura	2º ano F	05/04/10	Leitura e Interpretação
Língua Portuguesa	7º ano	06/04/10	Classes Gramaticais: Substantivos
Língua Portuguesa	9º ano	06/04/10	Produção Textual
Língua Portuguesa	8º ano	06/04/10	Aplicação de Exercício: Classes Gramaticais
Língua Portuguesa	3º E ano	07/04/10	Função Sintática: Vanguardas Européias
Literatura	1º ano	07/04/10	Vanguardas Européias
Língua Portuguesa	2º ano F	07/04/10	Avaliação com questões interpretativas
Literatura	6º ano EJA	08/04/10	Leitura e discussão do texto “Amanhecer Esmeralda”
Língua Portuguesa	7º ano	08/10/10	Ortografia: uso dos porquês
Língua Portuguesa	1º ano	08/04/10	Fonemas
Aplicação de Prova	2º ano F	12/04/10	Aplicação de Prova: interpretação textual.

Literatura	2º ano F	13/04/10	Leitura e interpretação do texto “Amanhecer Esmeralda”
Língua Portuguesa	3º ano	13/04/10	Produção Textual: texto dissertativo
Língua Portuguesa	2º ano F	13/04/10	Classes gramaticais: plural dos subst. Compostos
Literatura	1º ano	14/04/10	Romantismo: contexto histórico
Literatura	1º ano	14/04/10	Produção textual: texto dissertativo
Língua Portuguesa	2º ano EJA	14/04/10	Revisão p/ prova: plural dos subst. e interp. Textual
Luto		15/04/10	Morte de um dos alunos do ensino médio noturno
Literatura	9º ano D	16/04/10	Análise da lenda dos bosquímanos da África do Sul “A primeira Chuva”
Língua Portuguesa	7º ano	16/04/10	Resolução de exercício
Língua Portuguesa	5º ano E	16/04/10	Encontro Consonantal
Literatura	3º ano F	20/04/10	Análise da lenda dos bosquímanos da África do Sul “A primeira Chuva”
Língua Portuguesa	1º ano	20/04/10	Etmologia e formação de palavras
Língua Portuguesa	8º ano F	22/04/10	Período Simples e Composto
Língua Portuguesa	6º ano EJA	22/04/10	Classificação dos acentos vocálicos
Língua Portuguesa	2º ano	26/04/10	Emprego dos vocábulos: mais. Mas, más
Literatura	7º ano F	27/04/10	Análise da lenda dos bosquímanos da África do Sul “A primeira Chuva”
Literatura	8º ano F	27/04/10	Interp. textual: “A menina e a estátua”, C. Meireles
Língua Portuguesa	3º ano E	29/04/10	Análise sintático-semântica das conjunções
Língua Portuguesa	2º ano EJA	29/04/10	Classes gramaticais
Literatura	6º ano EJA	29/04/10	Interp. textual: “A menina e a estátua”, C. Meireles
Literatura	9º ano D	30/04/10	Interp. textual: “A menina e a estátua”, C. Meireles
Língua Portuguesa	2º ano	04/05/10	Seminários: Romantismo
Língua Portuguesa	1º ano E	04/05/10	Separação silábica e acentuação Tônica
Língua Portuguesa	3º ano E	05/05/10	Resolução de exercício: aplicação das conjunções
Literatura	8º ano F	05/05/10	Análise da lenda indígena do Amazonas “O primeiro Fogo”
Língua Portuguesa	7º ano F	06/05/10	Conjugação verbal
Língua Portuguesa	6º ano EJA	06/05/10	Variação formal versus variação coloquial da língua

Literatura	9º ano D	11/05/10	Interp. textual: “A menina e a estátua”, C. Meireles
Língua Portuguesa	7º ano F	11/05/10	Leitura do texto: “Menina Mal Amada”, Cora Carolina
Língua Portuguesa	8º ano F	11/05/10	Treino ortográfico
Língua Portuguesa	3º ano E	12/05/10	Classes gramaticais a partir do texto “Marvin”, Titãs
Língua Portuguesa	2º ano F	12/05/10	Análise interpretativa do texto “Marvin”, Titãs
Língua Portuguesa	6º ano EJA	14/05/10	Utilização de <i>há</i> (verbo) e <i>a</i> (preposição)
Língua Portuguesa	7º ano F	17/05/10	Frase e tipos de frase
Literatura	6º ano EJA	18/05/10	Análise da lenda dos bosquímanos da África do Sul “A primeira Chuva”
Língua Portuguesa	8º ano F	20/05/10	Discussão a respeito do grau de informatividade
Língua Portuguesa	7º ano F	20/05/10	Resolução de exercício sobre os advérbios
Língua Portuguesa	6º ano	20/05/10	Pronomes relativos
Língua Portuguesa	6º ano EJA	20/05/10	Classif. Frasal (declarativas, imperativas, declarativas)
Literatura	9º ano D	21/05/10	Metáforas no “Poema de sete faces”, Drummond
Língua Portuguesa	6º ano EJA	21/05/10	Frase e tipos de frases
De 24 a 27 de maio		24 – 27	Participação na V Semana de Humanidades – UEPB
Língua Portuguesa	6º ano EJA	28/05/10	Construção frasal
Língua Portuguesa	7º ano D	28/05/10	Construção frasal
Língua Portuguesa	3º ano F	01/06/06	Leitura e interpretação / aplicação de questionário
Língua Portuguesa	3º ano E	01/06/10	Res. de questões de vestibular / aplic. de questionário
Língua Portuguesa	2º ano EJA	01/06/10	Uso das conjunções
Literatura	3º ano F	02/06/10	Análise da lenda dos bosquímanos da África do Sul “A primeira Chuva”
Língua Portuguesa	2º ano F	02/06/10	Produção textual / aplicação de questionário
Língua Portuguesa	3º ano F	08/06/10	Figuras de linguagem
Literatura	6º ano EJA	08/06/10	Trabalho com o texto “Pais e Filhos”, Legião Urbana
Língua Portuguesa	7º ano F	08/06/10	Leitura do texto “O amor”, Bartolomeu C. de Queirós
Literatura	3º ano E	09/06/10	Leitura de texto tematizando o amor
Literatura	2º ano F	09/06/10	Interpretação textual
Língua Portuguesa	8º ano F	10/06/10	Função dos porquês

Língua Portuguesa	7º ano F	10/06/10	Pronomes relativos
Língua Portuguesa	9º ano D	11/06/10	Leitura do texto “A geração Z”, Leonardo Fuhrmann
Literatura	3º ano F	17/06/10	Texto “Amor é fogo que arde sem se ver”, Camões
Literatura	1º ano E	17/06/10	Interpr. textual “Paz social”, Gilberto de Dimenstein.
Língua Portuguesa	6º ano EJA	17/06/10	Flexão do substantivo
Língua Portuguesa	9º ano D	18/06/10	Exercício explorando o texto “A geração Z”
Literatura	3º ano E	07/07/10	Análise da lenda indígena do Amazonas “A primeira Lua”
Língua Portuguesa	2º ano E	07/07/10	Análise do texto “Retrato”, Cecília Meireles
Língua Portuguesa	1º ano F	08/07/10	Correção de exercício individualmente pela docente
Língua Portuguesa	6º ano EJA	09/07/10	Conjugação verbal
Língua Portuguesa	8º ano F	09/07/10	Funções do <i>se</i>
Língua Portuguesa	9º ano D	09/07/10	Termos essenciais da oração: frase
Literatura	2º ano E	12/07/10	Poema “Retrato”, Cecília Meireles / Leitura de <i>Amanhecer Esmeralda</i> , Ferréz
Língua Portuguesa	2º ano EJA	12/07/10	Produção textual
Língua Portuguesa	3º ano E	12/07/10	Tipos de orações coordenadas
Língua Portuguesa	2º ano E	13/07/10	Proces. de form. de palavras / “Brasil em novembro”
Literatura	7º ano	19/07/10	Análise do livro <i>Amanhecer Esmeralda</i> , Ferréz
Língua Portuguesa	2º ano	19/07/10	Análise do poema “Retrato”, Cecília Meireles
Língua Portuguesa	8º ano	19/07/10	Pluralização dos substantivos
De 25 a 30 de julho		25 – 30	Participação na 62ª reunião anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência)
Língua Portuguesa	3º ano F	10/08/10	Concordância verbal
Língua Portuguesa	3º ano E	10/08/10	Concordância verbal e nominal
Literatura	8º ano F	16/08/10	Análise da lenda indígena do Amazonas “A primeira Lua”
Língua Portuguesa	6º ano EJA	16/08/10	Formas do alfabeto
Língua Portuguesa	9º ano	16/08/10	Conjugação verbal
Língua Portuguesa	3º ano	18/08/10	Flexão nominal
Língua Portuguesa	2º ano F	18/08/10	Concordância verbal
Ética	9º ano E	24/08/10	Vídeo sobre motivação, Daniel Godri (palestrante)

Língua Portuguesa	2º ano EJA	25/08/10	Homonímia e antonímia
Literatura	3º ano EJA	26/08/10	Texto musical “Quem eu sou”, Fiuk, banda Hori
Prova	3º ano F	26/08/10	Aplicação de prova
Ética	6º ano EJA	26/08/10	Vídeo sobre motivação, Daniel Godri (palestrante)
Língua Portuguesa	2º ano E	27/08/10	Variação lingüística, a forma padrão e coloquial
Língua Portuguesa	3º ano EJA	01/09/10	Orações coordenadas
Literatura	3º ano	01/09/10	Texto musical “Trabalhador Brasileiro”, Seu Jorge
Língua Portuguesa	2º ano	01/09/10	Orações coordenadas
Literatura	7º ano EJA	03/09/10	Análise da lenda dos povos do Togo-África “A primeira morte”
Literatura	1º ano E	21/09/10	Análise estrutural de poema de Olavo Bilac
Língua Portuguesa	2º ano E	21/09/10	Funções semânticas do adjetivo
Literatura	3º ano EJA	22/09/10	Interpretação do texto “A tapeçaria de Aracne”.
Literatura	2º ano E	22/09/10	Interpretação do texto “A tapeçaria de Aracne”.
Literatura	3º ano F	22/09/10	Interpretação do texto “A tapeçaria de Aracne”.
Língua Portuguesa	6º ano EJA	24/09/10	Variação lingüística: padrão e coloquial
De 27 a 4 de outubro			Solicitação das escolas para realização da eleição 2010
Língua Portuguesa	3º ano EJA	05/10/10	Leitura e Produção textual
Literatura	2º ano EJA	06/10/10	Análise da lenda dos povos do Togo-África “A primeira morte”
Literatura	3º ano	06/10/10	Análise estrutural de poema
Literatura	2º ano	06/10/10	Crítica literária: Realismo/Naturalismo
Língua Portuguesa	8º ano	07/10/10	Orações Subordinadas adjetivas
Literatura	6º ano EJA	07/10/10	Leitura e interpretação: uso das metáforas
Língua Portuguesa	9º ano D	08/10/10	Conjugação Verbal
Língua Portuguesa	6º ano EJA	08/10/10	Treino ortográfico